



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.153, DE 2025** **(Do Sr. Mauricio Marcon)**

Altera o art. 362 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, de forma a determinar o adiamento da audiência por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado, mediante requerimento de qualquer das partes.

**DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA  
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

## PROJETO DE LEI Nº           , DE 2025

(Do Sr. MAURICIO MARCON)

Altera o art. 362 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, de forma a determinar o adiamento da audiência por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado, mediante requerimento de qualquer das partes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 362 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 362. ....

.....

*III - por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado, de ofício ou mediante requerimento de qualquer das partes.*

.....

*§ 4º Na hipótese prevista no inc. III, as partes poderão requerer certidão cientificando o adiamento da audiência (NR)”*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Busca a presente proposição alterar o art. 362 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, de forma a determinar o adiamento da audiência por atraso injustificado de seu início em



tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado, mediante requerimento de qualquer das partes.

Seu escopo principal é não penalizar partes e procuradores, que usualmente possuem outros compromissos, por atrasos oriundos da organização judiciária, com o objetivo de assegurar maior previsibilidade, respeito ao tempo dos jurisdicionados, advogados, partes e testemunhas, bem como garantir a efetividade do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

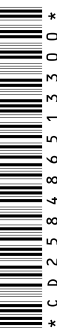
Essa lacuna normativa gera insegurança jurídica, transtornos às partes e aos profissionais que dependem do cumprimento razoável dos atos processuais, além de impactar na organização da agenda profissional dos advogados, dos operadores do Direito e das próprias partes.

O atraso excessivo no início das audiências, especialmente quando ultrapassa o limite razoável, compromete não apenas a eficiência do serviço judiciário, mas também afronta os princípios constitucionais da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal) e da dignidade da pessoa humana, já que impõe às partes constrangimentos, desgaste físico e psicológico, e custos adicionais.

Por tais razões é que apresentamos o presente projeto de lei, esperando, pois, o apoio de nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em            de            de 2025.

Deputado MAURICIO MARCON



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201503-16:13105">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201503-16:13105</a>
--	---

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------